

## FICHA DOUTRINÁRIA

Diploma: Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

Artigo/Verba: Art.9º - Isenções nas operações internas .

Assunto: Lições ministradas sobre matérias de ensino escolar ou superior/ formadores

Processo: 27194, com despacho de 2024-12-17, do Diretor de Serviços da DSIVA, por subdelegação

Conteúdo: I - PEDIDO

1. No pedido de informação vinculativa apresentado, a Requerente, no âmbito da atividade de Formadores, vem referir-se às formações ministradas através das Formações Modulares Certificadas (FMC), e às ações de Educação e Formação de Adultos (EFA), no âmbito do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), que concorrem para a progressão escolar e qualificações profissionais de adultos, promovidas por escolas de natureza pública e privada reconhecidas pelo Ministério da Educação, bem como por entidades Formadoras Certificadas pela Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT).

2. Enquanto formadora que presta serviços que consistem nas matérias nos referidos cursos, pretende saber se, independentemente da natureza das respetivas entidades promotoras, tais serviços podem ter enquadramento na isenção prevista na alínea 11) do artigo 9.º do Código do IVA.

### II - ENQUADRAMENTO FACE AO CÓDIGO DO IVA

3. A Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2024, veio introduzir, pelo seu artigo 243.º, alterações ao Código do IVA, designadamente à alínea 11) do respetivo artigo 9.º, a qual produziu efeitos à data de entrada em vigor do Orçamento de Estado para 2024, que se verificou em 01 de janeiro de 2024.

4. De acordo com a mencionada alteração, esta norma passou a estabelecer que são isentas do imposto "(a)s prestações de serviços que consistam em lições ministradas sobre matérias do ensino escolar ou superior".

5. A redação da norma não coloca qualquer condição para a sua aplicação, seja do lado do destinatário das prestações de serviços, seja do lado do prestador. Com efeito, apenas expressa o tipo de prestações de serviços ("que consistam em lições ministradas sobre matérias do ensino escolar ou superior") que devem ser abrangidas pela isenção.

6. Recordando que as normas de isenção previstas no Código do IVA devem ser objeto de uma interpretação estrita, na medida em que constituem derrogações ao princípio geral segundo o qual o IVA é cobrado sobre qualquer prestação de serviços efetuada a título oneroso por um sujeito passivo, deve entender-se que as prestações de serviços que se qualifiquem objetivamente de lições ministradas sobre matérias do ensino escolar ou superior são isentas de IVA, mas não são abrangidas pela isenção quaisquer lições sobre matérias de outra natureza.

7. A Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, que estabelece o quadro geral do sistema educativo, prescreve que o mesmo compreende a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extra-escolar. A educação escolar, por sua vez, compreende três níveis de ensino, o básico, secundário e superior, integrando modalidades especiais e atividades de ocupação de tempos livres. A educação escolar, além do ensino usualmente designado de ensino regular, compreende, também, uma vertente profissionalizante orientada para efeitos do exercício de atividades profissionais determinadas, mediante a aquisição de conhecimentos e competências profissionais com vista à inserção no mundo do trabalho.

8. O sistema educativo nacional, tratando-se de matéria regulada pelo Estado, os respetivos planos curriculares e conteúdos programáticos, seja no relativamente ao ensino regular, seja relativamente à vertente profissionalizante, assentam no quadro estabelecido pela Lei de Bases do Sistema Educativo.

9. Atenta a redação da alínea 11) do artigo 9.º do Código do IVA, é de entender que a isenção é aplicável apenas às prestações de serviços que consistam em lições ministradas sobre matérias do ensino escolar ou superior estabelecidas de acordo com os planos curriculares e os conteúdos programáticos assentes no sistema educativo nacional nos termos da Lei de Bases do Sistema Educativo, mencionada.

10. Sendo a isenção em causa dirigida às prestações de serviços que consistam em lições ministradas sobre matérias do ensino escolar ou superior, nos termos atrás descritos, estas apenas podem beneficiar da isenção caso sejam realizadas por profissionais que atuem na qualidade de docente/professor, relativamente àquelas matérias.

11. Deve ter-se em conta que a prestação de serviços de formação e prestação de serviços que consistam na ministração de aulas integradas no sistema nacional de ensino, são realidades distintas e, não tendo estas duas atividades o mesmo enquadramento em IVA, a atividade de formação não beneficia da isenção consignada na alínea 11) do artigo 9.º do Código do IVA, ainda que seja prestada a um estabelecimento de ensino público ou privado, ou a qualquer entidade certificada nos termos legalmente estabelecidos.

12. Importa referir que não compete à Autoridade Tributária e Aduaneira regular os termos em que são concretizadas as operações comerciais ou profissionais acordadas entre as partes no âmbito da sua liberdade contratual, mas apenas enquadrar tais operações de acordo com as regras do imposto, estabelecidas no Código do IVA.

13. Assim, os sujeitos passivos que prestem serviços de formação profissional não se encontram em condições de beneficiar da isenção prevista na alínea 11) do artigo 9.º do Código do IVA, nem de qualquer outra isenção prevista no mesmo artigo 9.º, sem prejuízo de poderem beneficiar da isenção prevista no artigo 53.º do mesmo código, se reunirem as condições ali estabelecidas.

14. Consultado o Sistema de Gestão e Registo de Contribuintes, verifica-se que a Requerente se encontra enquadrada no regime normal de tributação com periodicidade trimestral, pelas atividades de e "Formadores", CIRS 8011, e "Outros prestadores de serviços", CIRS 1519, tendo declarado realizar operações sujeitas a imposto e dele não isentas que conferem o direito a dedução.

15. Deste modo, conclui-se que a Requerente, atuando na qualidade de formadora como refere, pratica prestações de serviços sujeitas a imposto e dele não isentas, com

liquidação de IVA à taxa normal, prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º do Código do IVA.